



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CONEPIR/MG, EM 20 DE SETEMBRO DE 2023.**PRESIDÊNCIA CLEVER MACHADO**

Aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2023 ocorreu em formato virtual a Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial- CONEPIR. Link da reunião: <https://drive.google.com/file/d/1NXsZVcM3-aaJDxtX4EuogvG938ztiWY/view> Presentes os conselheiros (as): **Clever Alves Machado**, (SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos); **Fátima Cristina Pinto** (SEDESE/Subsecretaria de Assistência Social); **Ciro César de Carvalho** (SES); **Rogéria Maria Alves Borges Rodrigues** (SEDE); **Adjanir Silva** do Movimento Unificado Negro de Divinópolis; **Ana Luísa Evangelista da Silva** representando Indômita Coletiva Feminista; **Luana Paulina Amarante** representando Indômita Coletiva Feminista; **Diane D'arc de Souza** representando a Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango; **Valdinalva Barbosa dos Santos** representante da Associação Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos; **Jaime Eduardo Cohem** representando a Federação Israelita; **Wellington Nunes da Silva** (Babá Padrinho) representando o Morhan; **Maria Eunice Ferreira Gama** representando Fundação Conscienciarte; **I - Justificativas dos conselheiros ausentes:** Elzelina Dóris dos Santos (SEE), Fábio César de Araújo Costa (SEJUSP), Dep. Macaré Evaristo (AEMG); Paixão Sessémeandê da Rede Afro LGBT MG (segmento da Comunidade LGBTQA+ negra); Arthur Henrique Soares (SEDESE/Esporte). **II – Convidados:** Adriano Maximiano da Silva (IEPHA); Paloma de Souza Pereira (SEJUSP); Maria dos Reis Guilhermina de Jesus (SEJUSP); Carla Carneiro Costa Maciel Paiva (UEMG); Ana Rita Pereira (CDH). **III - Suporte Técnico:** Gislene Teixeira Ramos e Judite Rezende técnicas da Secretaria Executiva CONEPIR, Wallison Francisco Gomes (CTIC/CDH/SUBDH). **IV - Verificação do quórum:** Às 14h10min, o presidente verifica que há quórum e pede a técnica Gislene Ramos que faça a leitura dos nomes dos conselheiros presentes e após, a leitura dos nomes dos conselheiros que justificaram ausência. O Presidente começa a reunião com boas vindas a todos (as) e coloca para aprovação a Ata da reunião plenária ordinária do dia 23 de agosto de 2023. Aprovada por todos conselheiros. **V - Aprovação da pauta:** Programa de Proteção da Cultura Afro em Minas Gerais - “Afro mineiridade” e Salvaguarda dos terreiros e casas de matriz afro-brasileiras. Pauta aprovada. O convidado Sr. Adriano Maximiano da Silva, do IEPHA que ira conduzir a pauta em questão, ainda não conseguiu entrar no link da reunião. O Presidente Clever informa que a conselheira Valdinalva, através whatsapp pediu que fosse colocado em discussão na plenária uma pauta sobre a situação dos povos ciganos de Esmeraldas que estão correndo o risco de despejo como também os de Lagoa Santa, que estão na mesma situação. Pauta colocada em votação e aprovada por todos. O Presidente propõe que a conselheira Valdinalva inicie sua fala. A Sra. Valdinalva agradece e se apresenta como representante da Associação Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos e que tem atuado em parceria com o CONEPIR na situação territorial dos povos ciganos. A Prefeitura de Esmeraldas prometeu regularizar a questão de moradia dos ciganos lá de Esmeraldas, mas não cumpriu o prometido. A situação em que os ciganos se encontram é muito séria. Já foi feita reunião com as presenças da Prefeitura, Ministério Público Federal, Defensoria Pública, CONEPIR e Mesa de Diálogo onde ficou acordado que a Prefeitura iria fazer a regularização fundiária. A Promotora Dra. Cleide já tinha entrado com liminar, derrubado essa reintegração de Posse e encaminhar a REURB Social, mas em vez de regularizar a situação dos povos ciganos, a Prefeitura manteve o desarquivamento da integração de posse. Eu gostaria de pedir esse apoio do CONEPIR para que

os povos ciganos de Esmeraldas não sejam despejados. Temos situação semelhante de despejo dos povos ciganos de Lagoa Santa, mas irá acontecer uma reunião com a Mesa Diretora e Prefeitura no dia 29 de setembro, eu sugiro esperar que aconteça esta reunião para ver quais providências deverão ser tomadas em Lagoa Santa. No momento a situação de Esmeraldas tem que ser resolvida em primeiro lugar. Sugiro que o CONEPIR encaminhe um ofício solicitando uma intervenção do Ministério Público Federal junto a Prefeitura de Esmeraldas com um TAC. Outro encaminhamento é que se faça de imediato uma visita técnica com reunião presencial com a comunidade cigana e as presenças da Prefeitura, SEDESE e Ministério Público, que será de suma importância para dar visibilidade a nossa luta. Gostaria de escutar deste Conselho como poderia nos ajudar e qual atitude tomar. O Presidente pede a palavra e diz que enquanto SEDESE nós promovemos várias reuniões, inclusive com a participação da Mesa de Diálogo, CONEPIR e Prefeitura, para discutir, dialogar, para ver se conseguiria um termo de cessão igual aconteceu com os ciganos de Ibirité. Só que estão irredutíveis. A Mesa de Diálogo vai fazer nova tentativa junto com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública, acionando a Prefeitura para que possa existir alguma alternativa para resolver o problema de não acesso à habitação. O presidente Clever coloca em votação os dois encaminhamentos em relação aos povos ciganos de Esmeraldas sugeridos pela conselheira Valdinalva. Aprovados. A conselheira Rogéria (SEDE) levanta a mão e diz que gostaria de apresentar a colega é Maria dos Reis que está participando pela primeira vez da plenária do CONEPIR como convidada e se inteirando para quem sabe também fazer parte deste conselho. O presidente Clever propõe seguir as sugestões de encaminhamento, ou seja, oficiar o Ministério Público Federal, agendar visita técnica em Esmeraldas e Lagoa Santa e aí eu convido alguns conselheiros que tiverem vontade de conhecer o acampamento cigano em fazer esta visita fortalecendo a luta e garantindo os direitos dos povos ciganos. Eu peço a secretária executiva que organize a ida destes conselheiros em visitara estes dois acampamentos ciganos, em Esmeraldas e Santa Lagoa Santa. O presidente Clever pede ao conselheiro Adjanir para assumir a Presidência e dar continuidade a plenária, pois terá que participar de uma reunião fora, no município de Campo Belo. Agradece a participação da conselheira Valdinalva e despede-se de todos conselheiros (as). O conselheiro Adjanir passa a presidir a reunião. O convidado Adriano Maximiano da Silva, da Assessoria da Diretoria de Proteção e Memória- DMP/IEPHA entra através do link na sala de reunião, onde irá discorrer sobre “Programa de Proteção da Cultura Afro em Minas Gerais, “Afro mineiridade” e Salvaguarda dos terreiros e casas de matiz afro-brasileiras. O sr. Adriano agradece pelo convite e dá a benção a todos aqui presentes e diz que está aqui como assessor do IEPHA, mas nunca deixará de ser um zelador de Umbanda e Capitão da Guarda de congado, que é o que me trouxe aqui. Sobre o Programa Afro mineiridade as ações hoje da Secretaria de Cultura e Turismo-SECULT- e, principalmente do IEPHA, estão chegando no quarto estágio deste Programa. No primeiro estágio, a Secretaria de Cultura e Turismo aceitou uma proposta para realizar um Encontro Estadual de Afro mineiridade e conseqüentemente, logo em seguida o IEPHA começou a utilizar deste termo para abertura dos cadastros que irão servir para o mapeamento, identificação e registros dos terreiros e casas de matiz afro brasileiras. Em Mina Gerais o cadastro foi aberto no ano de 2022, e hoje nós estamos com 600 cadastros de todas as regiões do Estado, uns municípios com maior aderência de acesso ao cadastro e outros com baixa adesão o que motivou o IEPHA a fazer algumas ações específicas nestes locais. Vou pontuar agora o que é o ICMS Cultural. O IEPHA tem uma política que chama ICMS cultural a Lei Robin Hood, onde ganham pontuação e recursos cada Secretaria Municipal de Cultura, dos 853 municípios de Minas Gerais, de acordo com que o município apresenta de patrimônio cultural e também na execução de ações proteção e fortalecimento com a política de cultura. O IEPHA induz qual é pontuação e o quanto de recurso do ICMS Cultural Estadual será transferido aquele município. Este é o maior incentivo para os municípios cadastrarem seus terreiros. O cadastro mais antigo é o de folias e violas com mais de 2.000 cadastros, o de congados e reinados tem mais de 900 cadastros. Recentemente foram feitos cadastros para festas juninas que em um mês teve em torno de 800 cadastros, enquanto o de terreiros, em um ano, está em torno de 600 cadastros, o que mostra uma baixa adesão. Isto demonstra muito a questão do racismo estrutural que existe ainda na nossa sociedade, principalmente nos interiores onde a opressão é muito maior. O terreiro é um espaço sagrado que geralmente é invisibilizado por questões de sobrevivência e de resistência. Apesar disto, temos bons exemplos, recentemente na cidade de Almenara foram cadastrados 17 terreiros, número expressivo por ser uma cidade pequena. Graças boa prática de gestão municipal que mostrou também boa relação com a associação de terreiros do município. Em 2023 a SECULT através da Diretoria de Fomento, abre um Edital chamado Afro mineiridade, inovador e diferenciado onde o recurso foi de três milhões para a Cultura Afro, contendo 288 propostas, sendo aprovados 120 projetos que já se encontram na fase de finalização, considerado um momento de incentivo

financeiro. Estamos indo agora para um quarto momento onde o IEPHA será mediador com ações conjuntas entre Ministério Público, Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, para algumas ações que estamos chamando de ações em busca da cultura da paz, ou seja, gatilho da paz. Relato o que aconteceu no mês passado, na cidade de Uberlândia, foi um gatilho para nós, houve um ataque contra o terno de Moçambique da Estrela Guia onde foi arremessado ovos enquanto eles estavam fazendo um ensaio. Simplesmente isto foi um ataque às culturas afro religiosas do Estado de Minas Gerais. Ficou tratado que a polícia civil irá fazer inicialmente, um treinamento diferenciado nas questões de ataque de racismo para a sociedade civil e para a própria polícia civil e polícia militar. Foi proposto criar um grupo de trabalho junto com a polícia militar para fazer algum atendimento diferenciado. Primeiro será feito um diagnóstico, através destes cadastros. É importante ressaltar que os cadastros não só serve para essa questão do ICMS cultural, futuro possível registro de patrimônio, como também servirá de diagnóstico para importantes questões de racismo, culminando em trabalhos específicos para os terreiros e religiões de matrizes, salvaguardando na prática estes bens. Obrigado pela escuta, não sei se eu fui muito rápido, muito sucinto. Coloco-me a disposição. Babá Padrinho (conselheiro do Morhan Sr. Wellington) levantou a mão pedindo a palavra. Gostaria de agradecer a presença, do pai Adriano Maximiano. Acompanhei esse projeto passo a passo, e parabeno toda a equipe do IEPHA e da SECULT/MG pelo desenrolar das questões de racismo e da intolerância religiosa, a meu ver foram pioneiros em Minas Gerais. Estamos vendo situações que nos preocupa muito, infelizmente, porque são contra as tradições de matriz africana. Nós ainda temos a infelicidade de ver em canais abertos, tanto de rádio como de TV, aonde nos demonizam e tentam a todo instante nos aproximar ao demônio da bíblia cristã. Estamos preocupados pelos ataques que a gente vem sofrendo. Tivemos uma situação complicada em relação ao racismo na cidade de Itaúna, onde um terno de congado foi atacado. Tivemos também na cidade de Ituiutaba e em Sete Lagoas com pessoal do boi da manta, onde infelizmente alguns populares foram contra a manifestação do boi da manta, feito na região central de Sete Lagoas. Diante desta crescente onda de racismo e de intolerância religiosa é que precisamos contar com o apoio não só deste Conselho como dos órgãos constituídos Ministério Público Estadual e Federal, Defensoria Pública Estadual e Federal e de todas outras organizações de cultura. Precisamos estar sempre alertas e juntos para as questões que tem acontecido contra o nosso povo. (inaudível) Então nós temos que ficar sempre vigilantes. Gratidão e satisfação em ver aqui o Sr. Adriano falar deste Programa que é tão importante para nós de Minas Gerais, que é o Afro mineiridade. Obrigado. O presidente em interino, pergunta se alguém mais deseja falar. Como não houve nenhuma manifestação, o Sr. Adjanir pediu a palavra e se referiu ao acontecimento em Uberlândia. Quem é que estava arremessando objetos contra o terno de Moçambique da Estrela Guia? Pois além do crime de racismo, tem a agressão que tem que ser apurada. Não dá para ficar só na resiliência, temos que reunir e aprofundar sobre os fatos. (fala inaudível). Outra questão é saber dentro da Lei, até quando vamos aceitar que alguém demonize a nossa cultura, a nossa religião e a nossa fé. Nós temos que exigir respeito e que essa Lei funcione. (fala travada). O palestrante pai Adriano diz que ouviu trechos da fala do Sr. Adjanir e responde com relação a Uberlândia especificamente. O Ministério Público foi acionado pela Associação de Congados e Reinados lá de Uberlândia pelo próprio terno de Moçambique Estrela Guia. Esse ato foi filmado porque um dos dançantes do terno rapidamente pegou seu celular para filmar o acontecido. E foi ele que deu a entrada no boletim de ocorrência. A pessoa que cometeu o delito foi identificada, vai responder pelo que fez e foi demitida da empresa onde trabalhava. Além do ato racista, foi um ato de violência por si só, também um ato de violência contra o patrimônio cultural de Minas Gerais. O Ministério Público Estadual nos procurou recentemente para construirmos uma parceria com o Dr. Allender Barretos, da Coordenadoria de Combate ao Racismo e todas as outras formas de discriminação, para fazer um trabalho específico para as casas e matrizes afro religiosas, com o proposito de trazer um direcionamento de como agir nesses casos. Queria até pedir o apoio desse Conselho, porque estou fazendo um levantamento de dados para o Ministério Público dos casos de noticiários de ataques racistas, espaços religiosos, afros religiosos e de intolerância religiosa. Estamos fazendo o cadastramento dos terreiros e das religiões de matrizes. É um desafio muito grande, porque o racismo estrutural impede muitas vezes do município aderir e querer cadastrar e se esse conselho puder também mobilizar estes espaços, vai reforçar nosso trabalho. O presidente interino Adjanir pede ao Sr. Adriano falar mais sobre o cadastramento, como é o acesso. O Sr. Adriano diz que o IEPHA deverá fazer uma divulgação de como acessar o cadastramento e qualquer pessoa pode cadastrar, o acesso é livre. O formulário do cadastro é composto por questões orientadas para a caracterização dos espaços e territórios de matriz afro religioso mineiro, buscando conhecer a diversidade com que se apresentam suas práticas e formas de organizações, além da identificação das dificuldades que enfrentam para manutenção de suas formas de vida e tradições,

com vistas à proteção e salvaguarda. O cadastro está no site do IEPHA e peço a este conselho para nos ajudar a fazer o cadastramento de racismo religioso. Vou colocar o link aqui no chat como também meu telefone, se alguém quiser entrar em contato comigo. O presidente interino Adjanir pede ao Sr. Adriano solicitação via e-mail para o CONEPIR, para podermos levantar e construir esses dados e atuar firmemente que envie esta para retomar e rebater estas questões de ataques racistas e de intolerância religiosa. A conselheira Diane diz que o grupo de trabalho de combate ao racismo e a intolerância religiosa não foi descartado pelo governo, ele estava passando por uma reforma, quando se deu a troca de gestão do IEPHA aí deu uma parada e eu perdi o contato (fala inaudível). O presidente interino Adjanir dirige a palavra ao Sr. Babá Padrinho (conselheiro Wellington) perguntando qual é sua visão à respeito das pessoas que ficam demonizando a nossa religião, a nossa fé. O Sr. Babá Padrinho diz que juridicamente falando sou militante há mais de 20 anos não só nas comunidades tradicionais, mas também integrante do movimento negro unificado e de vários outros movimentos coletivos. A legislação nossa ainda é muito condescendente com essas práticas criminosas. Quando se fala de racismo estrutural, fala de situações repetidas desde a época em que Brasil foi invadido pelos europeus. É muito comum ver, por exemplo, a questão religiosa sempre junto e atrelada à situação política, social e econômica de qualquer povo. E no Brasil não somos diferente, nós temos, infelizmente, a religião muito próxima da política. Nós não temos no Brasil de hoje uma construção de políticas públicas e sociais igualitárias para a população brasileira. Temos que lutar para desconstruir esta situação, a nossa legislação existe, a Constituição é o arcabouço, a base onde se sedimenta essa legislação, porém, o seu cumprimento depende muito mais da vontade política do administrador como também de quem cobra. Para finalizar, e não tomar muito tempo, nós tivemos pelo Youtube um pastor de uma igreja daqui de Belo Horizonte, ficou por mais de três anos, através de vídeo ensinando adolescentes a invadir espaços de terreiro, aonde ele dizia que não teria nenhum problema porque são menores de idade. Foi uma luta para nós conseguirmos tirar esse vídeo do Youtube. Cerca de dois anos e meio atrás nós conseguimos através de sentença judicial que esse vídeo fosse excluído das redes sociais. Porém, nós não tivemos a condenação deste pastor que nos agrediu enquanto o povo, que nos agrediu enquanto ser humano e que nos agrediu enquanto religiosos, ficou por isso mesmo. Ganhamos uma ação histórica onde a Igreja Evangélica tinha prática em nos demonizar espalhar para a sociedade. Nós precisamos estar em todos os espaços, cobrando das autoridades, exigindo o que está na Constituição e sempre alertas. Nós não podemos perder isso de vista. Essa é a minha opinião. A conselheira Valdinalva pede a palavra e diz não é só o povo de terreiro que enfrentam violências físicas e psicológicas, tem perseguição de racismo contra o povo cigano, quando nós vamos descobrir são pessoas evangélicas que estão perseguindo o povo cigano por estar no território, que eles gostariam de estar e querem nos tirar do local. Gostaria de deixar como sugestão para o CONEPIR que fosse feita uma capacitação para abordar com esses líderes de religiosos apresentando a cultura dos povos tradicionais e em contrapartida às autoridades entrariam com as consequências de criminalização. O Sr. Adjanir diz que essas questões têm primeiro que bater e doer em algum lugar, que seja no bolso ou na consciência, tem ter uma ação da Lei. Temos que provocar o Conselho para agir com relação a isto. O palestrante Sr. Adriano diz que quer fazer uma contribuição nesse sentido, porque o Ministério Público pediu ao IEPHA para fazer um levantamento, entregar alguns dados, para que eles iniciassem alguma ação específica. Encontrei um trabalho de um curso de especialização na área jurídica a respeito de intolerâncias religiosas. É um trabalho mais amplo de um jurista, onde ele faz um enfoque nas religiões de matriz africana e uma das conclusões foi um levantamento de dados de boletins de ocorrência, de processos jurídicos, em que a denúncia de um ato de intolerância religiosa serve para poder mostrar que realmente está sendo cometido um crime e todo o crime é passível de ser punido, e a população tem que se conscientizar e ter visibilidade disto. O conselheiro Babá Padrinho diz que quer fazer duas sugestões, a primeira convidar comunidades tradicionais para que elas possam se capacitar e que este conselho se movimente nesta direção, convidando as pessoas daqui de Minas e de outras partes do Brasil, que são capacitadas e que tem condições em colaborar com o Conselho com esta capacitação. Devemos também nos aproximar da Coordenadoria do Ministério Público Estadual, da Polícia Civil, da Polícia Militar enquanto Conselho, e coloque esta preocupação, relatando de forma efetiva as denúncias para que sejam apuradas e que se forme esta conscientização. Nós tivemos exemplos claros aqui em Belo Horizonte, com Quilombo Manzo, onde ocorreram situações terríveis em relação a crime de racismo religioso. Nós tivemos que nos organizar, e fazer um grande esforço para que a situação cessasse. Tivemos a questão do Quilombo Mangueira, também foi uma luta terrível para que fossem tomadas as devidas providências e que o Estado realmente percebesse que se ele não interviesse, teria, com certeza mortes. Nós enquanto comunidades tradicionais, temos que agir e acho que a função deste Conselho é essa, é de realmente repercutir e dar

força e voz ao que vem acontecendo conosco na sociedade. A conselheira Valdinalva diz que gostaria que fosse registrada em Ata que Agência Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Especiais do Povo Cigano solicita como encaminhamento, uma audiência pública na Assembleia Legislativa com seus representantes parlamentares, com o CONEPIR, com os representantes dos povos tradicionais e também líderes religiosos e outros órgãos de controle, precisamos ter esse momento de encontro entre os povos tradicionais. A conselheira Rogéria diz que gostou do encaminhamento de trazer os políticos da Assembleia para uma discussão, enfim, todos os envolvidos. Mas eu acho que mais importante em minha opinião é discutir por que nós temos preconceito, o que o outro nos ameaça tanto? Por que a opção religiosa, sexual ou a cor da pele do outro nos incomoda tanto? Esta discussão deveria ser levada para todos os cantos do país, nas escolas, nas igrejas, porque Deus é um só Cristo. Esta seria a minha sugestão. O Sr. Adjanir agradece e passa a palavra para a conselheira Eunice que acha importante realização do fórum dentro do Conselho Estadual e em cada município o fórum municipal também, envolvendo todas as camadas de políticas partidárias, da sociedade civil. Gostaria também de sugerir a criação de políticas públicas para se trabalhar a questão da prevenção racial, para a nova geração, seja nas escolas, nos espaços abertos. O presidente interino Adjanir diz da importância destas falas. A sociedade esta impregnada de preconceito, discriminação e de onde que vem isso? Quem que implantou isso na sociedade? Alguém falou muito acertadamente que Deus é um só. Esse Deus que criou tudo diverso, não tem nenhum ser igual no mundo, nada é igual no mundo, tudo é diverso. Todos os seres humanos são passíveis de direitos e temos que realmente buscar esses direitos. Então a luta é coletiva. Nós temos que combater essa dominação. O conselho está aqui para isso, para poder abraçar essa luta conjuntamente com a sociedade civil e com o governo do Estado, parar buscar realmente aquilo que é direito de todo mundo, essa tão sonhada igualdade para todas as pessoas. O sr. Adjanir pergunta se tem mais alguma fala, como ninguém se manifesta ele pede a secretaria executiva que enumere os encaminhamentos. **VII – Encaminhamentos:** 1) CONEPIR encaminhará ofício solicitando intervenção do Ministério Público Federal junto a Prefeitura de Esmeraldas com um TAC (Termo de ajustamento de conduta). 2) Fazer visita técnica presencial com as comunidades ciganas de Esmeraldas e Lagoa Santa com presenças da Prefeitura, SEDESE, Ministério Público e CONEPIR para dar visibilidade a luta, garantindo os direitos dos povos ciganos. 3) Agência Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Especiais do Povo Cigano solicita uma audiência pública na Assembleia Legislativa com seus representantes parlamentares, com o CONEPIR, com os representantes dos povos tradicionais e também líderes religiosos e outros órgãos de controle. 4) O CONEPIR promoverá um Fórum Estadual e Municipais de capacitação apresentando a cultura dos povos tradicionais, envolvendo todas as camadas de políticas partidárias e sociedade civil. 5) Promover ações de políticas públicas para se trabalhar a questão da prevenção racial seja nas escolas, nos espaços abertos e nas comunidades. 6) O palestrante Adriano se compromete enviar via e-mail do CONEPIR o link do cadastro de terreiros e casa afro brasileira para um trabalho conjunto com o Conselho. **VIII - Encerramento:** Sem mais a se tratar o Presidente interino Adjanir agradece a todos (as) presentes. Horário do termino: 16horas20min



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Alves Machado, Diretor(a)**, em 20/10/2023, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luisa Evangelista da Silva Faria, Usuário Externo**, em 23/10/2023, às 06:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eunice Ferreira Gama, Usuário Externo**, em 23/10/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdinalva Barbosa Dos Santos Caldas, Usuário Externo**, em 24/10/2023, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAIME EDUARDO COHEN ARONIS, Usuário Externo**, em 26/10/2023, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **74120293** e o código CRC **205285EE**.

Referência: Processo nº 1480.01.0002099/2023-42

SEI nº 74120293